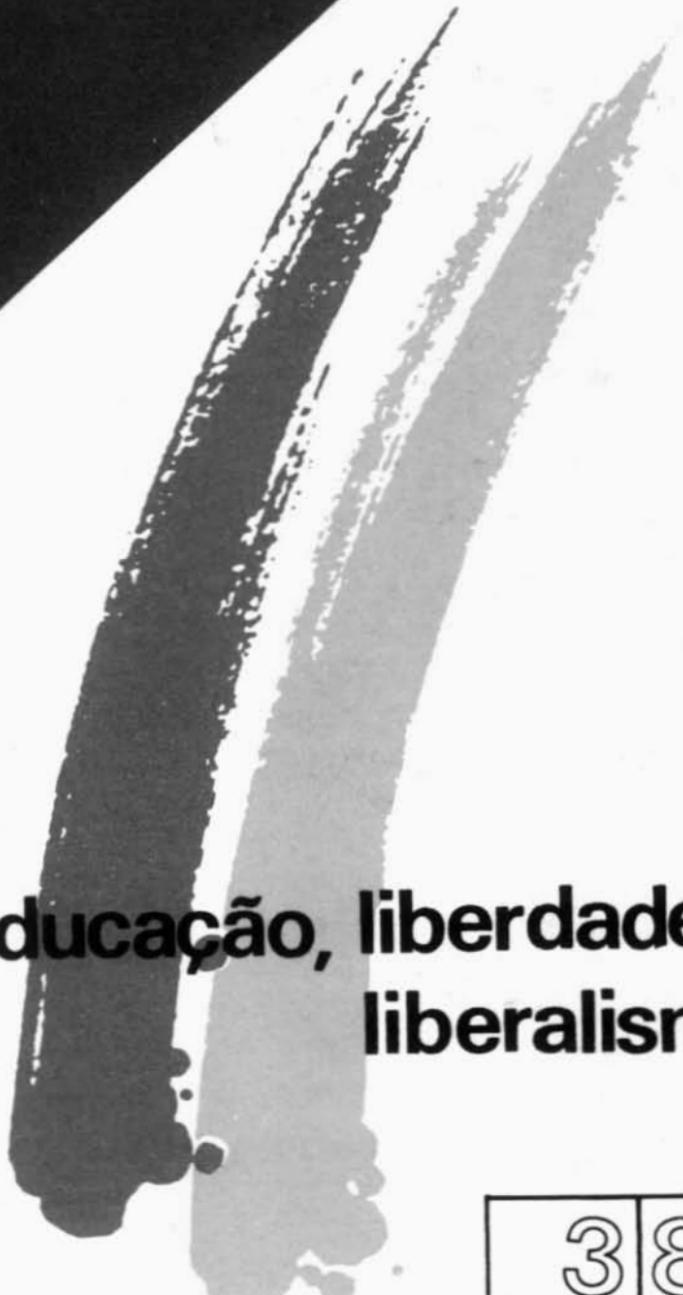


MEC



**Educação, liberdade e
liberalismo**

385

Presidente da República Federativa do Brasil
José Sarney

Ministro da Educação
Marco Maciel

Desejo agradecer ao Senhor Berger as generosas palavras aqui proferidas a meu respeito, bem como o gentil convite para repartir esta mesa, em data tão marcante para Israel, e em companhia de tão distinguidas personalidades.

A data nacional de Israel é uma ocasião igualmente significativa para o Brasil, que participou ativamente da realização desse ato histórico. Considero apropriado mencionar brevemente aqui o importante papel que o então Presidente da II Assembléia Geral das Nações Unidas, o Ministro Oswaldo Aranha, desempenhou durante a discussão, em 1947, das propostas do Comitê Especial das Nações sobre a Palestina, e que permitiu que a chamada proposta majoritária, que recomendava a partição da Palestina em dois estados independentes (um judeu e outro árabe), vencesse a barreira dos dois terços. Papel este, aliás, que Israel sempre reconheceu e que honrou com a edificação de memorial àquele estadista brasileiro, em Tel-Aviv. Com a mesma convicção manifestada em 1947 e depois, em 1949, quando votamos a favor da admissão de Israel para a Organização das Nações Unidas, o Brasil continua, hoje, a sustentar com firmeza que Israel tem o direito de existir dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas e de participar na comunidade

mundial como membro de pleno direito das Nações Unidas.

O Brasil é um país constituído por várias correntes migratórias que contribuíram para a formação de uma forte personalidade nacional, ao mesmo tempo muito consciente de si e aberta para o mundo exterior. Vinculados à cultura ocidental, temos raízes indígenas e importantes ligações históricas e étnicas com a África. Recebemos, além disso, significativas contribuições demográficas e culturais do Oriente Médio e do Extremo-Oriente.

Assim, tem sido sempre costume nosso recordar, em momentos festivos como o de hoje, em que se celebra a data nacional de um país amigo, sua contribuição à construção do Brasil.

No caso de Israel, talvez seja mais apropriado falar da cultura judaica, pois, muito antes mesmo da independência do Brasil, dois grandes brasileiros de origem hebraica — Alexandre de Gusmão e Bartolomeu Lourenço de Gusmão — marcaram, indelevelmente, seu lugar no Brasil de hoje. Aquele foi o formulador do princípio do *uti possidetis*, base de nossa política externa na América Latina. Este foi o precursor, mesmo antes de Santos Dumont, do aerostato, e um dos fundadores da história da aviação brasileira.

A história recente exige que sejam mencionados outros dois grandes brasileiros de origem hebraica, Lasar Segall — uma das maiores figuras do expressionismo, e Cesar Lattes —, fundador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e descobridor do *mésos* pi.

O Brasil não ignora a cultura judaica — inclusive nos aspectos modernos. De fato, a história e o pensamento judaicos, naquilo que se incorporou à tradição intelectual do Ocidente, são objetos de estudos permanentes na universidade brasileira. Além do mais, a vida israelense tem

merecido tratamento destacado, nos jornais, nas revistas, no rádio, na televisão e nas publicações especializadas. Quero mencionar, ainda nesse contexto, a presença de representantes israelenses em sucessivas bienais de São Paulo, numa das quais Agam foi premiado.

É de assinalar-se, ademais, que esta comemoração é próxima de outra não menos importante: o quadragésimo aniversário da vitória dos aliados contra o nazismo. O dia 8 de maio tem, por isso, um significado especial para todos aqueles que amam e buscam a liberdade, pois o ensinamento maior que esta data nos impõe é que a liberdade não é uma dádiva. Mesmo sendo um direito inalienável do homem, a liberdade, tanto no plano das nações como no dos indivíduos, tem de ser conquistada e, assim, posta efetivamente ao alcance de todos.

O liberalismo como instrumento da consolidação democrática

Daí a razão do florescimento no mundo todo e, de modo especial, no Brasil, dos ideais liberais, pois, como demonstra a própria etimologia, o liberalismo é um conceito que tem a

ver com a liberdade, essa insubstituível conquista de nossa civilização. Afinal, o que é o liberalismo que pregamos senão a moderna concepção de que a liberdade é um valor absoluto sem o qual o homem não sobrevive com dignidade?

A liberalização política que se está promovendo em nosso país é exatamente aquela que se encontra explícita como ideal a ser atingido em qualquer regime liberal. Sem dúvida, há uma aparente contradição — e é só aparente — entre o primado da liberdade, como valor absoluto da condição humana, e as exigências da igualdade em qualquer sociedade. A moderna concepção de liberalismo renasceu com inusitado vigor, exatamente porque só com igualdade se pode entender e praticar a liberdade. Em verdade, o liberalismo moderno adquiriu força e expressão depois da Segunda Grande Guerra, quando o mundo esteve ameaçado pelo confronto entre os totalitarismos de todos os matizes.

No Brasil sempre se valorizou o legado do liberalismo político, responsável pelo moderno constitucionalismo, pela afirmação dos direitos e prerrogativas fundamentais do homem, representada pela liberdade de consciência, pela liberdade religiosa, pela liberdade de pensamento, pela liberdade de voto, enfim, por aqueles princípios inscritos como conquistas decisivas da humanidade na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, na Assembléia Francesa, em 1789, e na Declaração de Independência dos Estados Unidos, em 1776 — o sagrado preceito de que todos os homens nascem livres e iguais em direitos e deveres. Aí, contudo, não se esgotou a marcha

das idéias liberais. Ao aprovar-se a Declaração dos Direitos Humanos da ONU, foram os liberais que, advertidos para os horrores da guerra, fizeram inscrever, ao lado desses direitos políticos fundamentais, os chamados direitos sociais – indispensáveis à verdadeira consolidação democrática.

Quando a estrutura da sociedade é insuficiente para assegurar a igualdade dos direitos, sem a qual não existe liberdade como fundamento, é imprescindível que o Estado intervenha para promovê-la. Se admitimos a interferência do Estado como obrigatória, para tutelar os direitos políticos do cidadão, como haveremos de repudiá-la quando se trata de promover e assegurar seus direitos sociais?

Vamos mais além. O neoliberalismo que, hoje, adquire força e representatividade em todo o mundo, ainda que sob diferentes denominações, não estanca aí nem se contenta com estas conquistas.

Em sua obra, *O liberalismo e a Europa*, o grande pensador Ralf Dahrendorf lembra: “O liberalismo possui dois elementos fundamentais. O primeiro refere-se à proteção do indivíduo e de suas oportunidades contra toda limitação arbitrária. É o aspecto passivo do liberalismo. O segundo consiste no esforço incessante de expandir as oportunidades de vida dos indivíduos, isto é, o esforço de mudar a sociedade em que se vive, de maneira que um número cada vez maior de pessoas desfrute de chances de vida sempre melhores. É o elemento ativo do liberalismo. Por isso, o liberalismo não é nem pode ser a teoria política do *status quo*”.

O engajamento do cidadão aos ideais da Nova República

Nosso projeto, portanto, é mais ambicioso. Desejamos a participação ativa do cidadão na escolha do seu próprio destino, na definição de suas prioridades, de seus anseios e de suas expectativas. E, mais que isso, na busca de soluções que sejam as mais adequadas, não só para os fins do Estado, mas sobretudo para o bem-estar do cidadão.

Essa proposta, entendo, traduz, em termos claros, os princípios da liberdade como fundamento, a igualdade como fim e a participação como instrumento.

Aliás, a realidade contemporânea brasileira é um exercício do liberalismo moderno, pois a democracia vivida em sua integralidade é a prática que vem de ser adotada pela Nova República. A democracia como instrumento de transformações, que a índole conciliadora do nosso povo pretende pacíficas e negociadas politicamente. A democracia como expressão do entendimento entre governantes e governados.

Creio que a defesa destes ideais a todos nos irmana, porque a pregação das idéias liberais é, sobretudo, a peregrinação da liberdade.

Este é um sentimento comum que, neste

instante, reúne brasileiros e comunidade judaica para comemorarem juntos a passagem da data nacional do Estado de Israel.

Ao encerrar estas palavras, desejo ler a mensagem que o Presidente Sarney acaba de enviar ao Primeiro-Ministro de Israel, Shimon Peres, a propósito do dia da vitória.

“Senhor Primeiro-Ministro,

A vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, para a qual o Brasil contribuiu ativamente e com o sacrifício de centenas de soldados, representa marco histórico de alto significado para a humanidade. Não poderia, assim, o Governo brasileiro deixar de manifestar-se por ocasião da Assembléia Mundial para a Comemoração da Derrota da Alemanha Nazista e seus Satélites.

Ao celebrar os valores eternos da liberdade, da justiça e da igualdade entre os homens, essa iniciativa se reveste de alto sentido para o Brasil, país tradicionalmente devotado à paz e à concórdia entre as nações e onde convivem em harmonia diferentes raças e credos religiosos.

Cordiais saudações,

José Sarney
Presidente da República Federativa do Brasil”

**Discurso do Ministro Marco Maciel na solenidade
de comemoração da data nacional de Israel na
Biblioteca Bialik – Rio de Janeiro – 5/5/85**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Esplanada dos Ministérios – Bloco L – 9.º andar
Fones: 223-2209 – 223-9297

